



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 028/2018

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) destinados à inclusão de elemento de despesa orçamentária na Lei nº 2.873/2017 – Lei Orçamentária Anual.

Autoria: Executivo Municipal

RELATÓRIO

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, a necessária autorização legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) destinados à inclusão de elemento de despesa orçamentária na Lei nº 2.873/2017 – Lei Orçamentária Anual.

Explica-se que o referido projeto tem por finalidade incluir o elemento de despesa 3.3.71.70 – Rateio pela participação em consórcio público na Lei Orçamentária nº 2.873/2017 com o intuito de realizar despesa com Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Bacia do Cafezal – CIDREBAC, cuja importância da adesão está relatada na exposição do projeto de lei ora analisado e apresentado.

Eis a propositura, passo a analisar.

FUNDAMENTAÇÃO

a) Da Iniciativa e competência legislativa



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

Consoante o que preceitua a Lei Orgânica do Município de Cambé, é da competência exclusiva do Chefe Executivo legislar sobre matéria orçamentária e a que autorize abertura de créditos, *in verbis*:

Art. 39. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:
(...)
IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.
(...)

Municipal:

Em reforço, o art. 125 da Constituição

Art. 125. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual-PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e a Lei Orçamentária Anual-LOA e os créditos adicionais, são de iniciativa exclusiva do Prefeito, e serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, (...)

Sem reparo, portanto, quanto à competência e iniciativa.

b) DOS CRÉDITOS ADICIONAIS - ESPECIAIS

Os Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento Anual (art. 40, Lei 4.320/64).

A Constituição Federal impõe a necessidade de autorização legislativa e indicação dos recursos



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

correspondentes nos casos de abertura de crédito suplementar ou especial, consoante inciso V, do art. 167 da CR/88.

O art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, classifica os créditos adicionais em: SUPLEMENTARES – os destinados para reforço de dotação orçamentária; **ESPECIAIS** – **destinados a despesas para os quais não haja dotação orçamentária específica**; e EXTRAORDINÁRIOS – para despesas urgentes e imprevistas como calamidade pública, comoção interna e guerras.

O art. 42 da mesma Lei preceitua, *in verbis*, que: **Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

Constatando-se a insuficiência ou inexistência orçamentária para fazer frente à determinada despesa, o Poder Executivo terá iniciativa de lei que autorize créditos adicionais, tanto especiais quanto suplementares, devendo ser submetida ao crivo do Legislativo para sua aprovação, e, após, efetivada sua abertura por intermédio de decreto executivo.

Para aprovação da lei autorizativa, há necessidade de se demonstrar a existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e de exposição justificada (art. 43 da Lei 4.320/64), os quais se encontram presentes na exposição dos motivos do presente projeto.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964).

(...)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

O caso em exame visa precipuamente inclusão de ação de governo não constante na Lei Orçamentária Anual - LOA vigente, para abertura de crédito adicional ESPECIAL conforme descrito acima – inclusão do elemento de despesa 3.3.71.70 – Rateio pela participação em consórcio público na Lei Orçamentária nº 2.873/2017 com o intuito de realizar despesa com Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Bacia do Cafezal – CIDREBAC.

CONCLUSÃO

Destarte, não se vislumbra óbice em qualquer dispositivo normativo ou legal relacionado com a matéria, opinando-se pela constitucionalidade e legalidade do presente Projeto de Lei, podendo a propositura em trâmite ser discutida e levada para votação em plenário.

S.M.J. Este é o parecer.

Cambé, 25 de junho de 2018.

JACKSON ROMEU ARIUKUDO
OAB/PR 30.917